

Clipping



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 18 de maio

Custeio recua R\$ 3,6 mi em abril

Legislativo, Judiciário e órgãos autônomos do Estado dizem ter economizado R\$ 3,6 milhões com despesas de custeio em abril. Assembleia Legislativa, Defensoria Pública e Ministério Público falam em cortes para além dos 20% a menos de repasse que tiveram do Executivo naquele mês por conta da crise gerada pelo novo coronavírus.

O POPULAR questionou os Poderes estaduais a respeito dos cortes de gastos anunciados em 22 de abril, durante reunião com o governador Ronaldo Caiado (DEM). Apenas o Executivo, que previa redução de R\$ 17 milhões, não respondeu aos questionamentos da reportagem antes do fechamento da edição.

Na Assembleia, segundo o informado, houve cortes de R\$ 540 mil dentro do plano de contingenciamento anunciado pelo presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), além dos R\$ 1,6 milhão na redução do custeio. A Casa ressalta ainda repasse de R\$ 10 milhões ao governo para ações de combate ao vírus no Estado.

Via nota, a Defensoria Pública relata ter economizado R\$ 630,3 mil, entre outras coisas, com diárias, água, energia, combustível, telefonia móvel, serviços de impressão e gêneros alimentícios. Segundo o órgão, somado aos R\$ 2,5 milhões a menos no repasse feito pelo Executivo, os ajustes chegaram a R\$ 3,1 milhões em abril.

Já o Ministério Público, também via nota, afirma ter reduzido suas despesas na ordem de R\$ 700 mil, "além dos R\$ 2 milhões que deixaram de ser repassados devido à contenção financeira estadual decorrente da pandemia do novo coronavírus."

Os cortes foram feitos em energia, telefonia, combustível, material de consumo diárias e Correios. "Esta economia se deve às medidas administrativas de contenção, tomadas devido ao regime especial de funcionamento, em atendimento às orientações de promoção do isolamento social recomendado para conter a expansão do vírus", diz o texto.

Já os Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM) informam ter reduzido despesas em R\$ 158,5 mil e R\$ 230 mil, respectivamente. No primeiro caso, a assessoria informa que o valor diz respeito, entre outras coisas, "à conservação predial, jardinagem, consumo de energia elétrica, água e esgoto e abastecimento de veículos". O segundo ressalta também revisão de contratos de manutenção e turno único de seis horas.

JUDICIÁRIO

O corte de despesas no Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO) foi de aproximadamente R\$ 1,4 milhão em abril, segundo divulgado pelo próprio Tribunal, sendo cerca de R\$ 1 milhão referente a materiais de impressão e de expediente, além despesas com materiais de copa, cozinha e limpeza, diárias de motoristas, combustíveis, manutenção de veículos e gastos com postagens. Houve também, de acordo com TJ-GO, R\$ 428 mil de economia com água e energia elétrica.

A economia é 76% inferior, contudo, aos R\$ 6 milhões previstos de aumento mensal de gastos com pessoal, devido ao pagamento de auxílio-saúde a magistrados e servidores. Como o POPULAR mostrou na semana passada, o Tribunal instituiu o auxílio, que varia de R\$ 420 a R\$ 1.280, na quarta-feira (13). Têm direito a ele: 404 magistrados ativos, 171 magistrados inativos, 5.798 servidores ativos, 1.495 servidores inativos, 108 pensionistas de magistrados e 529 pensionistas de servidores.

Questionada a respeito da contradição de aumentar os gastos com pessoal em momento de crise financeira e cortes de despesas, a assessoria de imprensa do TJ-GO informa, via nota, que "sempre procurou colaborar com as dificuldades fiscais do Estado" e refuta a contradição apontada afirmando que o auxílio-saúde atende à resolução 294/2019, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e que ele não impactará o Tesouro Estadual, visto que serão utilizados recursos do próprio Judiciário.

A nota também ressalta ações do Tribunal para ajudar o governo, como o empréstimo de R\$ 230 milhões, feito em 2019, para pagamento da folha de magistrados e servidores do próprio Judiciário - o Executivo repassa a este Poder o valor da folha de pessoal, sendo as despesas de custeio cobertas por recursos do próprio Judiciário.

O texto ainda recorda transferência de R\$ 1,6 bilhão feita em 2019 ao Executivo, entre outras coisas, para pagamento de débitos previdenciários e amortização da dívida com a União, além dos R\$ 10,3 milhões repassados neste ano para o combate à pandemia, e de montante correspondente a 20% do aplicado no custeio de abril, R\$ 6 milhões, "cujo procedimento está em fase adiantada para ser concretizado".

Site: <https://www.opopular.com.br/?renderAsFlip=flip&date=20200518&caderno=OPOPULAR&edicaoAberta=false>

MP-GO participa do programa Embaixadores da Cidadania, de incentivo à participação cidadã

O Ministério Público de Goiás (MP-GO) é uma das instituições parceiras na realização do programa Embaixadores da Cidadania, que está sendo lançado nesta segunda-feira (18/5) pelo **governo de Goiás**. A iniciativa é da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) e da Universidade Federal de Goiás (UFG) e tem como proposta a capacitação em temas referentes à cidadania, à participação cidadã e ao controle social. O programa reconhecerá e certificará boas práticas que busquem promover ações transformadoras do contexto social, "baseadas no exercício da cidadania e que atinjam os espaços sociais nos quais os cursistas se propuserem a intervir", conforme destacado no edital (confira neste link).

No apoio à execução do programa, o MP-GO integra, por meio de seus membros, a equipe de facilitadores das atividades. Da instituição, participam o procurador-geral de Justiça, Aylton Flávio Vechi; a coordenadora da Área do Patrimônio Público e Terceiro Setor do Centro de Apoio Operacional, Fabiana Lemes Zamalloa do Prado, e o promotor de Justiça Leonardo Seixlack Silva, titular da Promotoria de Mossâmedes e mestre em Direito e Políticas Públicas pela UFG. A equipe é formada por 24 facilitadores, integrantes de órgãos públicos, de instituições de ensino e representantes de entidades da sociedade civil organizada.

Além do MP-GO, são parceiros da iniciativa a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás (OAB-GO), a Controladoria-Geral da União, a Secretaria Educação de Goiás, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, a **Agência Brasil Central**, entidades e projetos como o Voto Consciente, Lobby Social, Politize!, Goianas na Urna, e a agência de dados Fiquem Sabendo.

No edital do programa, são destacados como objetivos gerais "capacitar o cidadão sobre temas como participação cidadã e controle social, instrumentos que permitem uma relação de troca entre sociedade e Estado; fomentar ações práticas de exercício de cidadania que possibilitem aos participantes assumir uma postura de protagonismo na sociedade, expressa pela produção de um projeto social inovador que transforme um espaço social à escolha do cursista, e reconhecer, de acordo com as regras previstas no regulamento, o cursista que formular um projeto que se proponha a resolver um problema comunitário de forma compartilhada com a comunidade e o poder público".

Para isso, o programa oferecerá um conjunto de cursos na modalidade de ensino a distância voltados para a formação cívica e com a finalidade de estimular o cidadão goiano a ter uma participação política ativa. Poderá participar da iniciativa qualquer cidadão de 16 anos ou mais disposto a aprimorar e produzir um projeto que vise a uma interferência social.

Inscrições

O período de inscrição vai até 23h59 do dia 7 de junho. Os interessados devem acessar a página do programa (www.embaixadoresdacidadania.go.gov.br) e preencher o formulário on-line. A participação na certificação está limitada a 500 vagas. Do total de vagas oferecidas, 450 serão prioritariamente destinadas a cidadãos residentes em Goiás. As outras 50 poderão ser preenchidas por pessoas de outras localidades.

Na seleção dos participantes, serão avaliados critérios como comprometimento, clareza de raciocínio e criatividade. O resultado final será divulgado no dia 15 de junho.

A capacitação inclui cinco cursos elaborados pela CGU, cada um com carga horária de 20 horas. Para receber a certificação, é preciso cumprir todas as etapas, que envolvem ainda outras atividades (confira a íntegra das etapas no edital). A certificação Embaixadores da Cidadania será concedida pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da UFG. Será emitido certificado de

extensão com 180 horas para aqueles que concluírem com êxito as etapas do programa. A solenidade de encerramento do projeto está prevista para 9 de dezembro, data em que se comemora o Dia Internacional Contra a Corrupção. (Texto: Ana Cristina Arruda/Assessoria de Comunicação Social do MP-GO)

Site: <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/mp-go-participa-do-programa-embaixadores-da-cidadania-de-incentivo-a-participacao-cidada>

Governo de Goiás lança projeto Embaixadores da Cidadania

O objetivo é capacitar cidadãos para participar em assuntos públicos e emitir certificação da universidade em cidadania e participação social

O Governo do Estado de **Goiás**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (**CGE-GO**) e em parceria com a Universidade Federal de **Goiás** (UFG), lançou o projeto Embaixadores da Cidadania. Trata-se de um programa de certificação que tem o objetivo de acionar, por meio da capacitação estruturada, o conhecimento dos dispositivos constitucionais atrelados à cidadania. Poderá participar da iniciativa qualquer cidadão de 16 anos ou mais disposto a aprimorar e produzir um projeto que vise a uma interferência social.

Ao debater temas ligados à cidadania, a **administração estadual** busca construir uma cultura política transformadora e participativa, em especial na sociedade goiana. Com duração de aproximadamente cinco meses e encerramento previsto para dezembro, é esperada a participação e capacitação direta de até 500 candidatos em diversos temas referentes ao exercício da cidadania e da participação social.

As inscrições, gratuitas, estão abertas até 7 de junho e serão realizadas no site do projeto (www.embaixadoresdacidadania.go.gov.br). Pode participar do Embaixadores da Cidadania qualquer cidadão disposto a conhecer mais sobre valores fundamentais da vida em sociedade, do funcionamento e diretrizes da administração pública, bem como sobre as oportunidades de participação cívica previstas na legislação brasileira.

O projeto está estruturado em duas fases. A primeira conta com etapas teóricas e pílulas de conhecimento. Os cursos teóricos foram desenvolvidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) e serão ofertados por EaD em ambiente virtual. Na segunda fase, os participantes serão estimulados a desenvolver um projeto social que contribua ou possa ser aplicado em sua comunidade. Ao final, será concedida pela UFG uma certificação de 180 horas para aqueles que concluírem as etapas.

Os conteúdos e atividades feitos ao longo do curso permitirão que os cidadãos participantes entendam a importância da participação ativa na sua comunidade e no Estado. Como resultado, é esperado que o Embaixadores da Cidadania se desenvolva como um instrumento eficaz para influenciar diretamente no desenvolvimento de uma cultura política que torne o cidadão goiano um agente ativo e participativo na construção das políticas públicas que incidem sobre ele e sobre sua comunidade.

Também são parceiros do projeto o Ministério Público de **Goiás**, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção **Goiás**, a Controladoria-Geral da União, a Secretaria Educação de **Goiás**, a Organização das Voluntárias de **Goiás**, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, a **Agência Brasil Central**, entidades e projetos como o Voto Consciente, Lobby Social, Politize!, Goianas na Urna, e a agência de dados Fiquem Sabendo. Estas instituições também cederão técnicos e integrantes que atuarão como facilitadores das atividades, em conversas sobre suas áreas de atuação, gravadas e disponíveis aos participantes inscritos.

Site: <http://www.controladoria.go.gov.br/cge/noticias/23733-governo-de-goias-lanca-projeto-embaixadores-da-cidadania>

Governo de Goiás lança projeto Embaixadores da Cidadania

O Governo do Estado de **Goiás**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (**CGE-GO**) e em parceria com a Universidade Federal de **Goiás** (UFG), lançou o projeto Embaixadores da Cidadania. Trata-se de um programa de certificação que tem o objetivo de acionar, por meio da capacitação estruturada, o conhecimento dos dispositivos constitucionais atrelados à cidadania. Poderá participar da iniciativa qualquer cidadão de 16 anos ou mais disposto a aprimorar e produzir um projeto que vise a uma interferência social.

Ao debater temas ligados à cidadania, a **administração estadual** busca construir uma cultura política transformadora e participativa, em especial na sociedade goiana. Com duração de aproximadamente cinco meses e encerramento previsto para dezembro, é esperada a participação e capacitação direta de até 500 candidatos em diversos temas referentes ao exercício da cidadania e da participação social.

As inscrições, gratuitas, estão abertas até 7 de junho e serão realizadas no site do projeto (www.embaixadoresdacidadania.go.gov.br). Pode participar do Embaixadores da Cidadania qualquer cidadão disposto a conhecer mais sobre valores fundamentais da vida em sociedade, do funcionamento e diretrizes da administração pública, bem como sobre as oportunidades de participação cívica previstas na legislação brasileira.

O projeto está estruturado em duas fases. A primeira conta com etapas teóricas e pílulas de conhecimento. Os cursos teóricos foram desenvolvidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) e serão ofertados por EaD em ambiente virtual. Na segunda fase, os participantes serão estimulados a desenvolver um projeto social que contribua ou possa ser aplicado em sua comunidade. Ao final, será concedida pela UFG uma certificação de 180 horas para aqueles que concluírem as etapas.

Os conteúdos e atividades feitos ao longo do curso permitirão que os cidadãos participantes entendam a importância da participação ativa na sua comunidade e no Estado. Como resultado, é esperado que o Embaixadores da Cidadania se desenvolva como um instrumento eficaz para influenciar diretamente no desenvolvimento de uma cultura política que torne o cidadão goiano um agente ativo e participativo na construção das políticas públicas que incidem sobre ele e sobre sua comunidade.

Também são parceiros do projeto o Ministério Público de **Goiás**, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção **Goiás**, a Controladoria-Geral da União, a Secretaria Educação de **Goiás**, a Organização das Voluntárias de **Goiás**, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, a **Agência Brasil Central**, entidades e projetos como o Voto Consciente, Lobby Social, Politize!, Goianas na Urna, e a agência de dados Fiquem Sabendo. Estas instituições também cederão técnicos e integrantes que atuarão como facilitadores das atividades, em conversas sobre suas áreas de atuação, gravadas e disponíveis aos participantes inscritos.?

Mais informações: (62) 3201-5372

Comunicação Setorial **CGE**

Site: <http://www.goias.gov.br/index.php/servico/24-social/121660-governo-de-goias-lanca-projeto-embaixadores-da-cidadania>

18/05/2020-Goiás-Projeto incentiva participação ativa de cidadãos na comunidade e no Estado

imprensa

O objetivo é capacitar cidadãos para participar em assuntos públicos e emitir certificação da universidade em cidadania e participação social

O Governo do Estado de **Goiás**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (**CGE-GO**) e em parceria com a Universidade Federal de **Goiás** (UFG), lançou o projeto Embaixadores da Cidadania. Trata-se de um programa de certificação que tem o objetivo de acionar, por meio da capacitação estruturada, o conhecimento dos dispositivos constitucionais atrelados à cidadania. Poderá participar da iniciativa qualquer cidadão de 16 anos ou mais disposto a aprimorar e produzir um projeto que vise a uma interferência social.

Ao debater temas ligados à cidadania, a **administração estadual** busca construir uma cultura política transformadora e participativa, em especial na sociedade goiana. Com duração de aproximadamente cinco meses e encerramento previsto para dezembro, é esperada a participação e capacitação direta de até 500 candidatos em diversos temas referentes ao exercício da cidadania e da participação social.

As inscrições, gratuitas, estão abertas até 7 de junho e serão realizadas no site do projeto (www.embaixadoresdacidadania.go.gov.br). Pode participar do Embaixadores da Cidadania qualquer cidadão disposto a conhecer mais sobre valores fundamentais da vida em sociedade, do funcionamento e diretrizes da administração pública, bem como sobre as oportunidades de participação cívica previstas na legislação brasileira.

O projeto está estruturado em duas fases. A primeira conta com etapas teóricas e pílulas de conhecimento. Os cursos teóricos foram desenvolvidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) e serão ofertados por EaD em ambiente virtual. Na segunda fase, os participantes serão estimulados a desenvolver um projeto social que contribua ou possa ser aplicado em sua comunidade. Ao final, será concedida pela UFG uma certificação de 180 horas para aqueles que concluírem as etapas.

Os conteúdos e atividades feitos ao longo do curso permitirão que os cidadãos participantes entendam a importância da participação ativa na sua comunidade e no Estado. Como resultado, é esperado que o Embaixadores da Cidadania se desenvolva como um instrumento eficaz para influenciar diretamente no desenvolvimento de uma cultura política que torne o cidadão goiano um agente ativo e participativo na construção das políticas públicas que incidem sobre ele e sobre sua comunidade.

Também são parceiros do projeto o Ministério Público de **Goiás**, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção **Goiás**, a Controladoria-Geral da União, a Secretaria Educação de **Goiás**, a Organização das Voluntárias de **Goiás**, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, a **Agência Brasil Central**, entidades e projetos como o Voto Consciente, Lobby Social, Politize!, Goianas na Urna, e a agência de dados Fiquem Sabendo. Estas instituições também cederão técnicos e integrantes que atuarão como facilitadores das atividades, em conversas sobre suas áreas de atuação, gravadas e disponíveis aos participantes inscritos.?

Mais informações: (62) 3201-5372

Comunicação Setorial **CGE**

Site: <http://imprensa.com.br/portal/18-05-2020-goias-projeto-incentiva-participacao-ativa-de-cidadaos-na-comunidade-e-no-estado/>

Legislativo, Judiciário e órgãos autônomos do Estado dizem ter economizado R\$ 3,6 mi

17/05/2020 - 21:00

Legislativo, Judiciário e órgãos autônomos do Estado dizem ter economizado R\$ 3,6 milhões com despesas de custeio em abril. Assembleia Legislativa, Defensoria Pública e Ministério Público falam em cortes para além dos 20% a menos de repasse que tiveram do Executivo naquele mês por conta da crise gerada pelo novo coronavírus.

O POPULAR questionou os Poderes estaduais a respeito dos cortes de gastos anunciados em 22 de abril, durante reunião com o governador Ronaldo Caiado (DEM). Apenas o Executivo, que previa redução de R\$ 17 milhões, não respondeu aos questionamentos da reportagem antes do fechamento da edição.

Na Assembleia, segundo o informado, houve cortes de R\$ 540 mil dentro do plano de contingenciamento anunciado pelo presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), além dos R\$ 1,6 milhão na redução do custeio. A Casa ressalta ainda repasse de R\$ 10 milhões ao governo para ações de combate ao vírus no Estado.

Via nota, a Defensoria Pública relata ter economizado R\$ 630,3 mil, entre outras coisas, com diárias, água, energia, combustível, telefonia móvel, serviços de impressão e gêneros alimentícios. Segundo o órgão, somado aos R\$ 2,5 milhões a menos no repasse feito pelo Executivo, os ajustes chegaram a R\$ 3,1 milhões em abril.

Já o Ministério Público, também via nota, afirma ter reduzido suas despesas na ordem de R\$ 700 mil, "além dos R\$ 2 milhões que deixaram de ser repassados devido à contenção financeira estadual decorrente da pandemia do novo coronavírus."

Os cortes foram feitos em energia, telefonia, combustível, material de consumo diárias e Correios. "Esta economia se deve às medidas administrativas de contenção, tomadas devido ao regime especial de funcionamento, em atendimento às orientações de promoção do isolamento social recomendado para conter a expansão do vírus", diz o texto.

Já os Tribunais de Contas do Estado (TCE) e dos Municípios (TCM) informam ter reduzido despesas em R\$ 158,5 mil e R\$ 230 mil, respectivamente. No primeiro caso, a assessoria informa que o valor diz respeito, entre outras coisas, "à conservação predial, jardinagem, consumo de energia elétrica, água e esgoto e abastecimento de veículos". O segundo ressalta também revisão de contratos de manutenção e turno único de seis horas.

JUDICIÁRIO

O corte de despesas no Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO) foi de aproximadamente R\$ 1,4 milhão em abril, segundo divulgado pelo próprio Tribunal, sendo cerca de R\$ 1 milhão referente a materiais de impressão e de expediente, além despesas com materiais de copa, cozinha e limpeza, diárias de motoristas, combustíveis, manutenção de veículos e gastos com postagens. Houve também, de acordo com TJ-GO, R\$ 428 mil de economia com água e energia elétrica.

A economia é 76% inferior, contudo, aos R\$ 6 milhões previstos de aumento mensal de gastos com pessoal, devido ao pagamento de auxílio-saúde a magistrados e servidores. Como o POPULAR mostrou na semana passada, o Tribunal instituiu o auxílio, que varia de R\$ 420 a R\$ 1.280, na quarta-feira (13). Têm direito a ele: 404 magistrados ativos, 171 magistrados inativos, 5.798 servidores ativos, 1.495 servidores inativos, 108 pensionistas de magistrados e 529 pensionistas de servidores.

Questionada a respeito da contradição de aumentar os gastos com pessoal em momento de crise financeira e

cortes de despesas, a assessoria de imprensa do TJ-GO informa, via nota, que "sempre procurou colaborar com as dificuldades fiscais do Estado" e refuta a contradição apontada afirmando que o auxílio-saúde atende à resolução 294/2019, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e que ele não impactará o Tesouro Estadual, visto que serão utilizados recursos do próprio Judiciário.

A nota também ressalta ações do Tribunal para ajudar o governo, como o empréstimo de R\$ 230 milhões, feito em 2019, para pagamento da folha de magistrados e servidores do próprio Judiciário - o Executivo repassa a este Poder o valor da folha de pessoal, sendo as despesas de custeio cobertas por recursos do próprio Judiciário.

O texto ainda recorda transferência de R\$ 1,6 bilhão feita em 2019 ao Executivo, entre outras coisas, para pagamento de débitos previdenciários e amortização da dívida com a União, além dos R\$ 10,3 milhões repassados neste ano para o combate à pandemia, e de montante correspondente a 20% do aplicado no custeio de abril, R\$ 6 milhões, "cujo procedimento está em fase adiantada para ser concretizado".

Site: <https://www.opopular.com.br/noticias/politica/legislativo-judici%C3%A1rio-e-%C3%B3rg%C3%A3os-aut%C3%B4nomos-do-estado-dizem-ter-economizado-r-3-6-mi-1.2054204>

Ex-secretária Raquel Teixeira é multada por contratos acima do prazo permitido na Secretaria de Educação

15 de maio de 2020 - 16:56

Um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) foi proposto pelo **Tribunal de Contas do Estado** à Secretaria de Estado de Educação para definir a situação dos contratos temporários naquela pasta. Em decisão relatada pelo **conselheiro Sebastião Tejota**, em sessão virtual encerrada nesta quinta-feira (14/mai), o **TCE-GO** decidiu aplicar multa de R\$ 7.042,22 à ex-secretária Raquel Teixeira por ter permitido, repetidas vezes, a celebração de contratos temporários em tempo superior ao prazo máximo permitido em lei.

Caso haja interesse da atual secretária de Educação, Fátima Gavioli, em firmar o TAG, o Tribunal propõe que no documento conste um cronograma real e aplicável de substituição dos temporários ou outra forma de cessar a precariedade da mão de obra do corpo docente da Educação. Se a opção for por algum outro procedimento de seleção simplificada, "que o faça de modo eficiente, possibilitando avaliar a qualificação técnica, aptidão, disponibilidade e interesse do candidato para a vaga respectiva que se tenha candidatado, de forma a assegurar o preenchimento ágil e específico das vagas abertas".

O processo julgado esta semana reúne duas representações propostas pelo Ministério Público de Contas e uma auditoria de regularidade realizada no período de janeiro de 2014 a maio de 2015. O MPContas demonstra a precarização das atividades de ensino em **Goiás**, decorrente da formação do corpo docente ao longo dos anos por servidores em regime de contrato temporário. As representações tiveram origem com o Edital nº 1/2015, da Secretaria de Gestão e Planejamento, destinado a contratação de 1.805 professores e nos extratos de dezenas de contratos temporários publicados no Diário Oficial do Estado de 30 de março e 19 de maio de 2015.

Na auditoria de regularidade, a área de fiscalização do **TCE-GO**, apurou "deficiências na estruturação e operacionalização do quadro de professores, composição do quadro para atendimento à demanda, déficit de professores efetivos, existência de turmas sem docentes e não suprimento da demanda com contratação temporária e processo seletivo simplificado".

Em decisões anteriores, de abril de 2015 e novembro de 2017, o **TCE-GO** fixou prazos para correção das irregularidades, determinando a realização de concurso público "para suprir os cargos vacantes e estruturar seus quadros permanentes necessários à concretização eficaz de suas atribuições".

O relator, **conselheiro Sebastião Tejota**, afirma que 83% do número total de temporários no Estado de **Goiás** está na Educação, sendo que do total de servidores ativos daquela pasta, 64% são temporários. Os números também mostram que a massa de servidores aposentados é de 36.020, quase o mesmo número de ativos, levando-se em conta o somatório de temporários e efetivos (42.166), apontando para premente necessidade de realização de novos concursos públicos para provimento de cargos de professor e administrativos.

Site: <https://www.rotajuridica.com.br/ex-secretaria-raquel-teixeira-e-multada-por-contratos-acima-do-prazo-permitido-na-secretaria-de-educacao/>